



ANP em associação com WWF

## Comunicado de Imprensa

---

# ANP|WWF CONGRATULA NOVAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO TUBARÃO ANEQUIM

**A União Europeia proibiu o desembarque e comercialização desta espécie no Atlântico Norte. A ANP|WWF saúda a decisão e apela à Direção Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas da UE (DG MARE) e ao Ministério do Mar em Portugal para estabelecer medidas de mitigação de capturas acidentais e boas práticas a bordo para diminuir a mortalidade do tubarão anequim.**

**Lisboa, 09 de fevereiro 2021** – Foi anunciada recentemente a proibição do desembarque e comercialização do tubarão anequim do Atlântico Norte, proveniente de águas internacionais, de acordo com a convenção CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) que regula o comércio de espécies ameaçadas de extinção. A ANP|WWF incentiva a Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas da UE (DG MARE) e o Ministério do Mar em Portugal a avançar com legislação adequada, que seja coerente com o cumprimento da convenção CITES, e que em articulação com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas) estenda a aplicação da medida para águas nacionais.

Catarina Grilo, Diretora de Conservação e Políticas da ANP|WWF, afirmou “enalteecemos esta decisão, dada a situação dramática da população do tubarão anequim e o fracasso das autoridades pesqueiras e o ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico) em travar o seu declínio. Solicitamos ao Ministério do Mar e à Secretária de Estado das Pescas que proíba a retenção de qualquer espécime capturado pela frota portuguesa, uma vez que não pode ser desembarcado ou comercializado, e que aplique os recursos necessários para estabelecer medidas de mitigação das capturas acidentais em colaboração com os pescadores e especialistas, bem como a adoção de boas práticas a bordo que aumentem as taxas de sobrevivência dos exemplares que são libertados no mar. Para o membro da direção desta associação, “em Espanha a proibição estende-se às águas nacionais, e dado que Portugal e Espanha são responsáveis por 65% dos desembarques de tubarão anequim do Atlântico Norte, são necessárias medidas concertadas para prevenir o colapso desta população. Será importante que Portugal também inclua as águas nacionais na aplicação desta medida.”



ANP em associação com WWF

De acordo com a revista *Nature*, desde 1970 a população de tubarões e raias de mar alto diminuiu 70% a nível global, significando que muitas destas espécies estão hoje ameaçadas. O mesmo artigo aponta ainda a sobrepesca como a principal causa do drástico declínio destas espécies.

Este é mais um alerta para a necessidade urgente de proteger estas espécies com medidas de conservação e gestão adequadas. É necessário evitar situações limite, como a que vive o tubarão anequim do Atlântico Norte, e as consequências sociais e económicas da sobrepesca que prejudicam as comunidades piscatórias no longo prazo.

Desde há muitos anos que as ONGs de ambiente, incluindo a WWF, reclamam a inclusão do tubarão anequim no Anexo II da CITES, dada a grave deterioração de algumas das suas populações e a completa falta de gestão para esta espécie. Só em 2016, a ICCAT, responsável pela gestão da pesca de espécies como o atum, o espadarte, o espadim, etc., começou a implementar as primeiras medidas de gestão relativas ao tubarão anequim e a avaliar o estado das suas populações. Apesar de reconhecermos estes avanços, foram claramente tardios e insuficientes, ignorando as recomendações do seu próprio comité científico (SCRS - Comité Permanente de Investigação e Estatísticas), que já em 2017 tinha alertado para a elevada probabilidade de sobre-exploração dos *stocks* do tubarão anequim.

A situação do tubarão anequim continuou a degradar-se até que em 2019, a espécie foi incluída no Anexo II da CITES, visando a regulação do seu comércio, obrigando à emissão de documentos CITES por parte da autoridade nacional (em Portugal, o ICNF – Instituto Conservação da Natureza e Florestas) para a introdução no território da União Europeia dos espécimes capturados.

Em dezembro de 2020, na sequência do fracasso do ICCAT em adotar novas medidas de conservação, foi decidida a proibição de comercializar tubarão anequim. Isto é, fica proibido o desembarque desta espécie do Atlântico Norte pela frota europeia, incluindo a nacional, bem como a importação e (re)exportação de outros países como é caso de Marrocos.

“Portugal é o terceiro país com mais capturas de tubarão anequim, no Atlântico Norte. Neste sentido, o Ministério do Mar e o setor das pescas, nomeadamente o palangre de superfície, têm responsabilidade na situação atual do tubarão anequim e consequentemente também na sua recuperação”, afirmou Catarina Grilo. A União Europeia - responsável pela maioria das capturas desta espécie - deve, por sua vez, apoiar a adoção destas medidas a nível internacional através da ICCAT ao longo de 2021. Em relação ao *stock* de tubarão anequim do Atlântico Sul, também em sério declínio, devem ser estabelecidas medidas urgentes de gestão que incluem a adoção de limite de captura com base nos pareceres científicos e a mitigação das capturas acidentais.



ANP em associação com WWF

A ANP|WWF está a finalizar um relatório inédito sobre tubarões e raias em Portugal, a ser lançado em março deste ano, e que pretende ser um contributo importante e necessário para alavancar a criação e implementação de um Plano Nacional de Ação para estas espécies. Só uma abordagem integrada das várias ameaças, com base na ciência e uma auscultação de todas as partes interessadas poderá ajudar a travar o declínio destas espécies, fulcrais para o bom funcionamento do Oceano e do qual todos os portugueses dependem.

---- FIM ----

---

**Contatos:**

Sofia Almeida – ANP|WWF | Tel. +351 919947431 | [salmeida@natureza-portugal.org](mailto:salmeida@natureza-portugal.org)

**Sobre a ANP|WWF**

A WWF é uma das maiores e mais respeitadas organizações independentes de conservação do mundo, com mais de 5 milhões de apoiantes e uma rede global ativa em mais de 100 países. A missão da WWF é travar a degradação da natureza e construir um futuro no qual os seres humanos vivam em harmonia com a natureza, através conservação da diversidade biológica do mundo, garantindo que a utilização dos recursos naturais renováveis seja sustentável, e promovendo a redução da poluição e do desperdício.

A ANP ([Associação Natureza Portugal](http://www.natureza-portugal.org)) é uma ONG portuguesa que trabalha em Portugal em associação com a WWF, com vista a conservar a diversidade biológica e dos recursos nacionais, procurando um planeta em que as pessoas consigam viver em harmonia com a natureza. Siga o nosso trabalho em [www.natureza-portugal.org](http://www.natureza-portugal.org).